



Impacto da pandemia do novo Coronavírus sobre as cadeias produtivas no meio rural

José Adriel da Silva Leal (Estudante de Economia CAA/UFPE)
Marcio Miceli Maciel de Souza (Doutor em Economia. Professor NG/CAA/UFPE)
Cynthia Xavier de Carvalho (Doutora em Sociologia. Professora NG/CAA/UFPE)

Nos últimos anos assiste-se a um avanço em escala cada vez maior da quantidade de recursos destinada à produção comercial de larga escala ao passo que se desmontam políticas voltadas para a agricultura familiar, o que vem associado a um cenário de maior desmatamento e de flexibilização na liberação de agrotóxicos. Este cenário que já vinha permeando o campo brasileiro depara-se, em 2020 com um fator inesperado: a pandemia da Covid-19.

O objetivo aqui é sintetizar as transformações ocorridas na agricultura nos últimos dois anos, priorizando os aspectos da agricultura familiar no Nordeste brasileiro em face da Covid-19. A maioria das informações provém de observações e introspecções gerais, decorrentes especialmente de diálogos informais entre os autores deste texto e os produtores rurais durante os anos de 2020 e 2021. A seguir serão resumidamente expostas as duas faces de um vasto impacto ocasionado pela pandemia em alguns segmentos das cadeias produtivas no meio rural de municípios situados em áreas de Semiárido nordestino. Adianta-se que o surgimento da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus e seu consequente prolongamento trouxe efeitos distintos sobre as cadeias produtivas na zona rural de Pernambuco e da Paraíba.

De um lado, foi constatado que, em segmentos muito dependentes do mercado institucional como no caso da caprinocultura de leite (nos municípios pernambucanos de Alagoinha, Sertânia, Custódia e Pesqueira, por exemplo, que vendem para o Programa Leite para Todos do Governo Federal), bem como na cadeia de raízes e tubérculos (como no município de Caruaru, agroindústria do Assentamento Normandia), o fechamento das escolas públicas durante a pandemia paralisou as compras realizadas pelo PNAE, impondo grandes dificuldades aos produtores familiares. No caso da agroindústria do Assentamento Normandia, boa parte da produção foi destinada para doação e outra parte das raízes

¹adriel.leal@ufpe.br

²marcio.miceli@ufpe.br

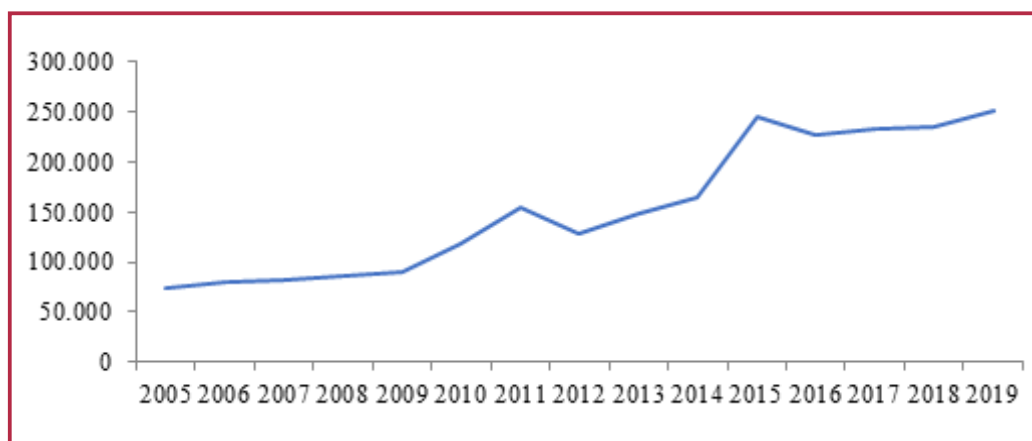
³cynthia.carvalho@ufpe.br

congelada.

Efeito semelhante se identifica no lado dos produtores da ovinocultura de corte do município de Dormentes – Pernambuco, impactados pelo fechamento de bares e restaurantes na cidade de Petrolina. Quando o lockdown e a intensificação de medidas restritivas interromperam o funcionamento momentâneo do Bodódromo (espaço de alimentação especializado em caprinos e especialmente em ovinos), a aquisição de carne pelos estabelecimentos junto aos criadores foi comprometida. Isso, em um período em que os produtores já desfrutavam dos benefícios de comercialização em um importante mercado formal da região, com uma evolução significativa da ovinocultura (Gráfico 1).

Gráfico 1.

Evolução da ovinocultura no Município de Dormentes no período 2005-2019



Fonte: IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal (2021).

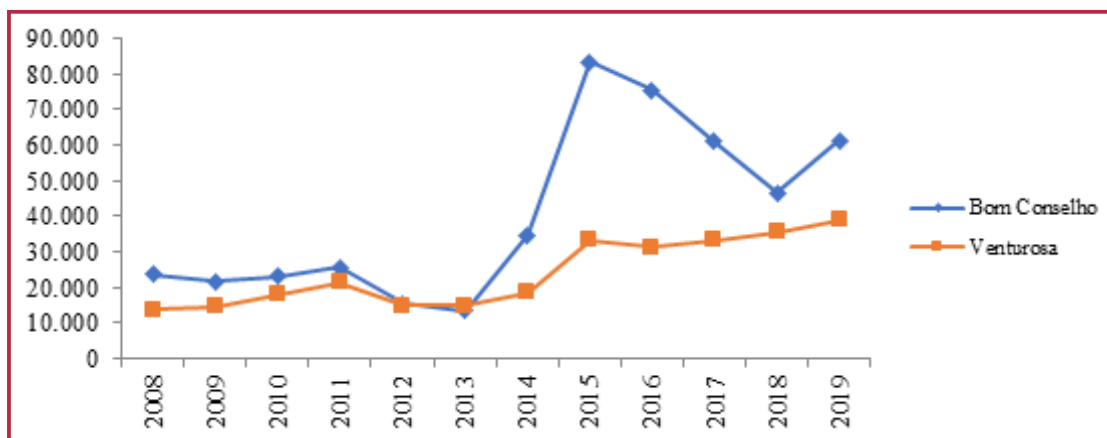
Para os hortifrutis pode-se citar impactos percebidos por produtores de base agroecológica do município de Brejo da Madre de Deus – Pernambuco, que comercializam nas feiras orgânicas de Caruaru. No início da pandemia, primeiro semestre de 2020, o receio dos consumidores em ir às feiras livres com a mesma frequência, e a ida de muitos residentes para outras cidades ou sítios, configurou uma mudança abrupta nos hábitos de consumo de hortifrutis com os quais os produtores estavam acostumados. Os produtores, nesse caso, procuraram superar os desafios usando redes sociais para manter contato com os consumidores. Na época, cerca de 98% do que se levava para comercialização era proveniente de encomenda, quebrando-se a dinâmica da negociação e trocas de conhecimentos com os agricultores no momento da feira. Fato que também afetou as relações de confiança que se formam e que são necessárias para o controle social do produto orgânico para comercialização em feiras de base agroecológica.

Em alguns poucos casos o efeito da Covid-19 foi contrário. Na bovinocultura de leite (município de Venturosa e Bom Conselho – Pernambuco), o auxílio-emergencial pago em uma grande parte do ano de 2020, ampliou a demanda por alimentos como o leite. Esta nova realidade viabilizou o aumento da produção entregue aos laticínios privados e, por conseguinte, da receita das associações de produtores destas regiões, que já vinham de uma retomada da produção desde 2018, especialmente em Bom Conselho. O Gráfico 2

mostra a evolução da produção de leite nos dois municípios selecionados, com destaque para os efeitos da seca.

Gráfico 2.

Evolução da produção de leite em Venturosa e Bom Conselho no período de 2008-2019 (em mil litros)



Fonte: IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal (2021).

Em Monteiro, no estado da Paraíba, 2020 foi um ano com chuvas regulares, o que não ocorria há um tempo. Esse fato possibilitou a geração de um excedente para comercialização, evitando um possível aumento do preço em demasia dos gêneros de primeira necessidade, como o milho e o feijão. Na região também ocorreu o aumento do preço da carne que beneficiou os produtores de bovinos, devido a restrição da vinda de gado do estado do Maranhão.

O ano de 2021, por sua vez, vem se desdobrando de forma mais delicada na região, as chuvas, que deveriam começar em janeiro, vieram somente no final de março. Esses meses de atraso acarretaram uma redução considerável na produção. A alta do preço da arroba do boi, descrita no ano anterior ainda se mantém. Tal tendência abriu margem para o surgimento de um mercado paralelo, no qual os animais, principalmente suínos e caprinos, são abatidos pelos próprios moradores e distribuídos nas zonas rurais por valores mais baixos. Esta prática já existia, porém ganhou maior vazão nestes anos. Em geral, a venda de produtos oriundos de laticínios, como queijos e manteiga, bem como o de hortifrúti, obtiveram um aumento da demanda, mesmo após este último ter sofrido o impacto da redução das vendas com o fechamento das escolas. Tal crescimento, afirmam os produtores, deriva do pagamento das parcelas do auxílio emergencial.

De outro lado, no contexto da oferta, a pandemia trouxe grandes dificuldades aos produtores familiares pela elevação dos seus custos de produção, resultantes de: a) depreciação do câmbio quando uma parte considerável dos insumos é importada; b) escassez de produtos no mercado proveniente de uma atividade econômica que passou a ser intermitente e c) aquecimento repentino do consumo como efeito do auxílio-



emergencial.

A pandemia revelou também a importância do fortalecimento da infraestrutura hídrica para ampliação da oferta de água e de melhores condições de higiene pessoal, quando as medidas preventivas (como a lavagem das mãos e dos alimentos, o uso de máscara e o distanciamento social) se mostraram fundamentais para evitar a contaminação das pessoas pelo coronavírus, fazendo assim, com que vidas fossem preservadas.

O cultivo e criação de animais em muitos municípios de Pernambuco e da Paraíba, foram beneficiados com um ano climático propício. O viés do impacto do coronavírus surge via cenários diversos que foram sendo criados com os desafios e as medidas de contenção da pandemia.

O que inserimos aqui, diz respeito a um segmento que responde cada vez mais pelo abastecimento alimentar das populações locais. Estes são caracterizados pela gestão da produção familiar, entre outros aspectos contidos no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017). Em números, falamos de uma fatia que representa aproximadamente 77% do total de estabelecimentos agropecuários do país, o que corresponde a 23% da área total, e 23% da produção agrícola nacional, de acordo com o Censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

Com foco eminentemente voltado para o mercado interno, medidas frente à crise de saúde, impactaram no setor. Num cenário em que se prevê mais sérios impactos decorrentes das mudanças climáticas e aumento da fome no mundo, bem como um ambiente pós-pandêmico em que se busca reordenar os processos produtivos com base nos riscos de abastecimento para nações, seus empregos e de interrupções comerciais (em que se passa a valorizar mais o comércio de proximidade e a segurança dos alimentos e de abastecimento), é preciso ponderar acerca do real valor da agricultura familiar para o país e das reais necessidades de uma política econômica melhor distribuída entre os segmentos agrícolas.



Referências

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Brasília, 31 de maio de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Último acesso em 13/7/2021

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados definitivos. Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Último acesso em 13/7/2021.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação automática – Sidra – Brasil: 2005 – 2019. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2019>. Último acesso em 13/7/2021.



Empenho com investimentos e demais despesas de capital em Caruaru em ano de pandemia se elevam, enquanto despesas correntes caem

Cláudia Rafaela Alves Ferreira (Graduanda em Economia no CAA/UFPE)
Daniel Camargo (Graduando em Economia no CAA/UFPE)
Leandro W. P. Coimbra (Doutor em Economia. Professor NG/CAA/UFPE)

O Agreste Pernambucano vem vivenciando junto com todo o Brasil, um cenário pandêmico causado pela Covid-19. Em Caruaru, na capital do Agreste Pernambucano, esse panorama influenciou diversas medidas econômicas e sociais. Enquanto as despesas correntes, ligadas ao custeio e manutenção das atividades da administração pública, tiveram queda de 2,5% nos valores executados em 2020 em relação a 2019, ao analisar as despesas com investimento, foi visto que esses sofreram variações maiores durante o período como mostra a Figura 1.

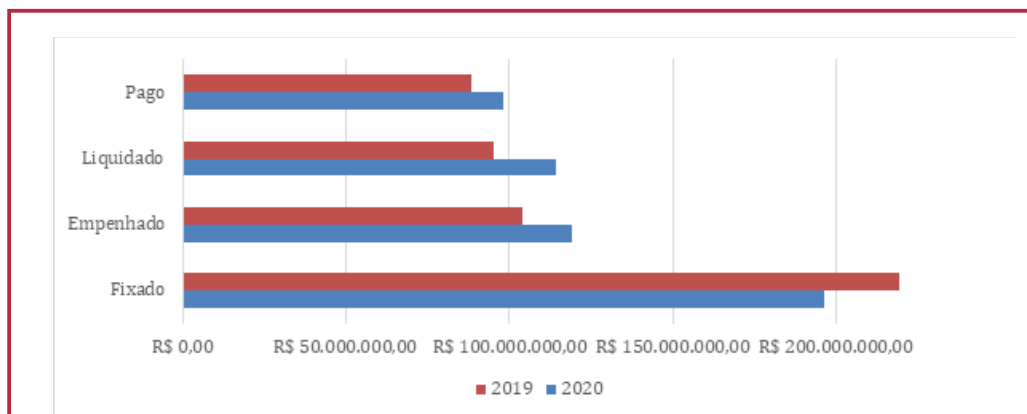
Chama a atenção a fixação orçamentária para as despesas de capital maior para o ano de 2019, porém em 2020 os valores se mostraram mais elevados na execução do orçamento. Os valores fixados apresentam os valores orçados para o ano, enquanto os valores empenhados, liquidados e pagos são aqueles valores lançados ao longo dos trâmites de um contrato, sendo: os valores empenhados aqueles referentes a um serviço no momento de sua contratação; os valores liquidados referentes à finalização de uma prestação de serviço ou aquisição; e por fim o valor efetivamente pago.

¹claudia.rafaela@ufpe.br

²daniel.camargo@ufpe.br

³leandro.willer@ufpe.br

Figura 1.
Despesas de Capital 2019 a 2020

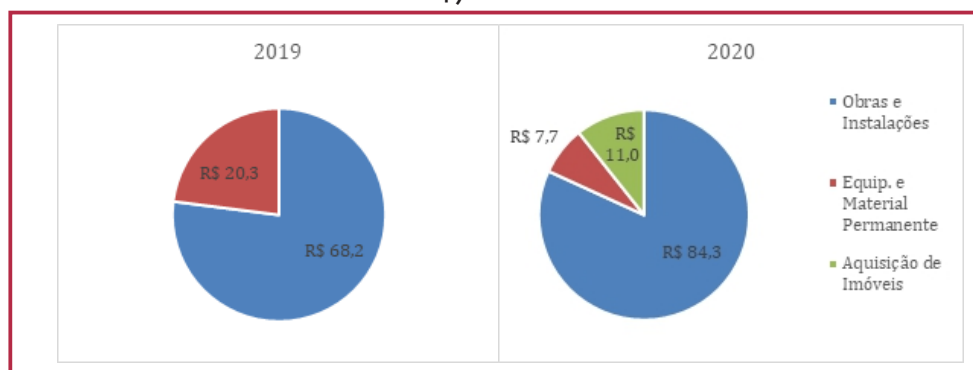


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Portal da Transparência de Caruaru (2021).

No período analisado, tivemos um aumento de cerca de 14% nos valores empenhados para as despesas de capital. Essas despesas são “gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. As quais podem ser citados: a execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza”, segundo Glossário do Congresso Nacional (2021).

Vale ressaltar que as despesas de capital são subdivididas, em investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida. Os valores empenhados em investimentos cresceram cerca de 16%, em relação a 2019, sendo que grande parte deste aumento foi voltado para obras e instalações como apresentado na Figura 2.

Figura 2.
Detalhamento das despesas de capital em investimentos para 2019 e 2020 (em milhões R\$)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Portal da Transparência de Caruaru (2021).

Verificou-se também que em 2020 houve uma aquisição de bens e imóveis extraordinária. Nele foi constatado um gasto de R\$300.000,00 com terrenos, pela Prefeitura de Caruaru, além de R\$10.681.974,45 em empenhos com outras aquisições de bens e imóveis (não informados outros detalhamentos).

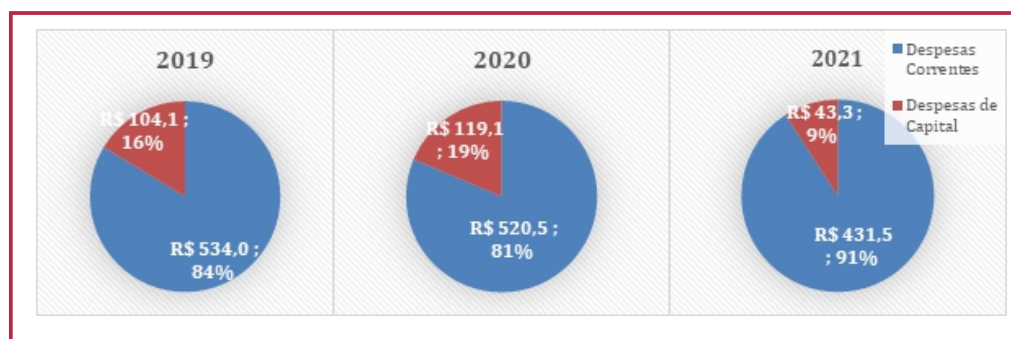
A subconta amortização da dívida, referente à redução de dívidas passadas, representou cerca de 16% do total das despesas de capital pagas em 2020, isto é, um total de R\$ 16,1 milhões (valor aproximado ao pago em 2019: R\$ 15,6 milhões). Apesar desta despesa não necessariamente representar geração de novos bens e serviços que integram o patrimônio público municipal no presente, estes valores representam investimentos passados que ajudaram a compor a estrutura atual. De acordo com a regra de ouro, a realização de operação de crédito não pode superar as despesas de capital (Art. 167, inciso III da Constituição Federal de 1988), ou seja, a dívida realizada não pode ser utilizada para financiar custeio e manutenção das atividades públicas.

Frente a esta elevação das despesas de capital observou-se que além da própria área de saúde, ligada diretamente à pandemia, outras funções de despesas apresentaram crescimento no investimento em relação a 2019, como: urbanismo (62%), cultura (63%), saneamento básico (20%), desporto e lazer e direito e cidadania. Vale destacar, que estas funções, com exceção de Urbanismo e Saneamento, apresentaram quedas nas despesas correntes, indicando uma mudança de foco no ano de pandemia, possivelmente promovida pela redução de atividade em diversos setores. Os investimentos em educação, setor muito afetado pelos fechamentos de escolas ao longo de 2020, tiveram queda de 7%, acompanhando as Despesas Correntes que caíram 4,5%.

Os gráficos na Figura 3 ilustram a performance de gerência das despesas da maior cidade do interior do Agreste, com um deslocamento de recursos das despesas correntes para as despesas de capital entre 2019 e 2020. Em 2021, até junho, metade do ano, os investimentos empenhados representam 36% do valor observado em 2020.

Figura 3.

Despesas fixadas (orçadas) de Caruaru – 2019 a 2021*(em milhões de R\$)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Portal da Transparência de Caruaru (2021).

⁴Nas duas últimas funções não havia valores empenhados em 2019, mas apresentaram investimentos em 2020.

⁵Para o ano de 2021, os valores empenhados apresentados foram para até o mês de junho.



Referências

Glossário do Congresso Nacional. **Termos Legislativos**. <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo>. Último acesso em 10/7/2021.

Portal da Transparência Caruaru. **Despesas**. Disponível em <https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/despesas/>. Último acesso em 10/07/2021.

Tesouro Transparente. **Painel da Regra de Ouro**. [tesourotransparente.gov.br](https://www.tesourotransparente.gov.br). Disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-da-regra-de-ouro>. Último acesso em 10/7/2021.



Vendas on-line, uma alternativa para manutenção e alavancagem dos negócios no Agreste Pernambucano durante e pós pandemia do Covid-19

Adeilsa da Silva Ferreira (Mestranda PPGECEM - CAA/UFPE)¹
Michele Mara de Araujo Espíndula Lima (Doutora em Ciência da Computação. Professora NT/CAA/UFPE)²

A grave crise de saúde devido a pandemia do Covid-19 veio acompanhada de uma crise humanitária e econômica. Os negócios ao redor do mundo foram extremamente impactados e tiveram que enfrentar desafios de grandes proporções: o fechamento dos estabelecimentos, o colapso da demanda dos clientes, interrupções na cadeia de suprimentos, desemprego, recessão econômica e o aumento da incerteza. Acrescenta-se a isto, modificações regulatórias governamentais a níveis municipais, estaduais e federais muitas vezes discordantes (Silva 2020).

Segundo o estudo do Sebrae “O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios”, as empresas já vinham enfrentando dificuldades antes da pandemia, 73% classificaram sua condição financeira como razoável ou ruim, quadro este que só se agravou mais ainda com a pandemia. De acordo com os dados divulgados, foi relatada uma perda no faturamento mensal desde o início da crise de 74% entre os MPE e de 82% entre e 79% entre os MPE, dos quais 29% estão com suas dívidas em atraso. Dentre os entrevistados, 54,9% afirmaram que precisarão empréstimos para manter suas empresas sem gerar demissões, sendo que 61% dos MPE e 40% dos MEI já solicitaram. E mesmo com medidas de apoio governamentais existentes, que foram criadas para proteger os negócios, o estudo aponta que a maioria, cerca de 57% apenas ouviram falar e 29% disseram sequer conhecer. (Sebrae 2021).

Em apenas questões de meses, a crise desencadeada em função da pandemia, obrigou empresas a se adaptarem à nova realidade, buscando assim, minimizar os impactos, e evitar o fechamento em massa de empresas em diversos segmentos. A tecnologia foi uma das protagonistas deste processo. Anos de mudanças na forma como as empresas em todos os setores e regiões fazem negócios foram antecipados: a digitalização de suas interações com clientes, cadeias de suprimentos e de suas operações internas foram antecipadas em cerca

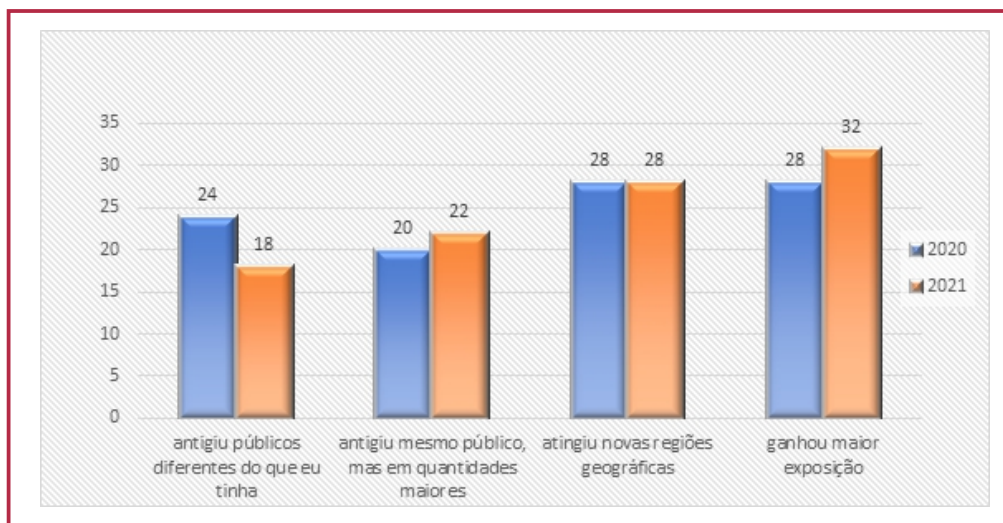
¹ferreira@ufpe.br

²michele.elima@ufpe.br

de três a quatro anos, enquanto que a participação de produtos digitais ou habilitados digitalmente em seus portfólios foram antecipados em torno de sete anos. Inclusive os hábitos dos consumidores, isolados devido a pandemia também mudaram. Desta forma, mesmo as empresas que não anteciparam mudanças, tiveram que desenvolver soluções tecnológicas temporárias para atender as novas demandas de consumo, dentre estas a principal foi a mudança da forma de negociação dos produtos, que passou a ser feita de forma-on-line. Cerca de 47% dos consumidores realizaram sua primeira compra online em 2020, e 95% dos brasileiros pretendem continuar comprando online quando o surto de Covid-19 acabar. (Webshoppers2021)

Pelo boletim Sebrae, 68% entre os MPE e 69% entre os MEI estão vendendo pela internet. Esta constatação também foi feita pela pesquisa Global de Insights (Serasa Experian 2021a). 73,4% dos empreendedores vendiam ou passaram a vender produtos e serviços online no período de pandemia. Segundo dados apresentados no estudo (Serasa Experian 2021b), a venda online aumentou a visibilidade da empresa, possibilitou que se ampliasse os negócios com o público já existente, e que públicos distintos e de outras regiões pudessem ser atingidos (Gráfico 1).

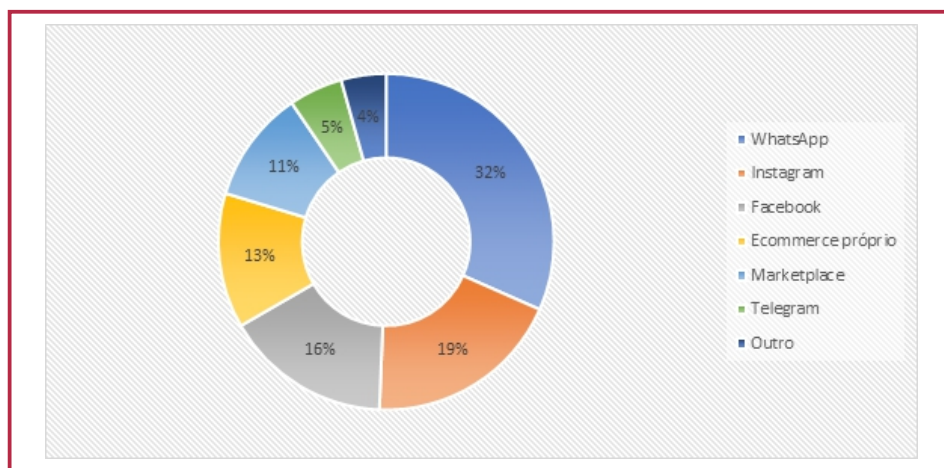
Gráfico 1.
Em quais aspectos vender on-line ajudou o negócio (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Serasa Experience (2021b).

Os canais mais utilizados para esta comercialização são, principalmente, as redes sociais (Gráfico 2).

Gráfico 2.
Meios pelos quais fazem venda on-line (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Serasa Experience (2021b).

Em uma pesquisa realizada em junho de 2020 pela Acic – Associação Comercial e Industrial de Caruaru, onde 84,8% das empresas participantes são MEI, Micro e pequena porte (18,6% comércio varejista, 6,2% indústria de transformação, 11,7% da construção civil, 57,2% serviços, 5,5% comércio atacadista, e 0,7% agropecuária). Entre as empresas consultadas, 89% tem mais de 2 anos de atuação no mercado. Apenas 56,5% das empresas realizavam vendas pela internet antes da pandemia, mas apenas 10% dos seus bens/serviço eram vendidos por esta modalidade. Com o início da pandemia, 63,4% realizam vendas on-line, e destes 52,4% das empresas apresentaram crescimento em suas vendas (ACIC, 2020).

Infelizmente nem todas as empresas tiveram condições em fazer investimentos em tecnologia, ou ainda contratar serviços especializados em vendas on-line. No município de Caruaru foram realizadas algumas ações para dar suporte e possibilitar que as empresas pudessem continuar realizando negócios em meio a Pandemia.

Uma das ações foi o serviço de Delivery Sulanca (SEDEEC, 2020), um site criado pelo governo municipal para possibilitar que os lojistas que comercializavam seus produtos na Feira de Caruaru, uma das principais feiras de comercialização do APL têxtil de Pernambuco, pudessem continuar realizando negócios de forma remota. No site lojistas, feirantes e excursionistas podem se cadastrar, e disponibilizar seus dados de contato para vendas-online, e desta forma os feirantes e excursionistas poderiam fazer a compra on-line utilizando a ferramenta adotada pelo lojista e fazer a retirada da mercadoria em um ponto definido pela Prefeitura.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa - SEDEEC, o serviço do Delivery Sulanca tem 1.038 comerciantes e 276 grupos excursionistas cadastrados no site. O serviço funcionou nos períodos de medidas restritivas mais severas



no estado em que o comércio foi fechado, tendo funcionado 16 semanas de funcionamento em 2020 e 4 em 2021. A estimativa é que 8 milhões unidades de produtos entregues e que R\$ 283 milhões tenham sido negociados (SEDEEC, 2021).

Outra ação que merece destaque foi a realizada pelo Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação – CoMCiTI, órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, de composição paritária entre representantes do poder público, da comunidade acadêmica e de entidades de categoria econômica, profissional ou empresarial que promovam ou apoiem a ciência, tecnologia e inovação. Entre os seus objetivos, estão a promoção, fortalecimento e a ampliação da base técnico-científica no município, constituída por entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnicos especializados e por unidades de produção de bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico.

O CoMCiTI tinha sido recém empossado no dia 12 de março de 2020, dias antes de entrarem em vigor no estado de Pernambuco as primeiras medidas restritivas e de isolamento devido a covid-19. A primeira ação do conselho recém criado, foi identificar a dificuldade que as empresas da região, principalmente as do setor de serviços e do setor têxtil estavam em realizar vendas on-line de forma efetiva e eficaz. Desta forma, foi criado em junho de 2020 o projeto “Caruaru Transformação Digital”, com o intuito de capacitar empresas formais com temáticas referentes a vendas on-line.

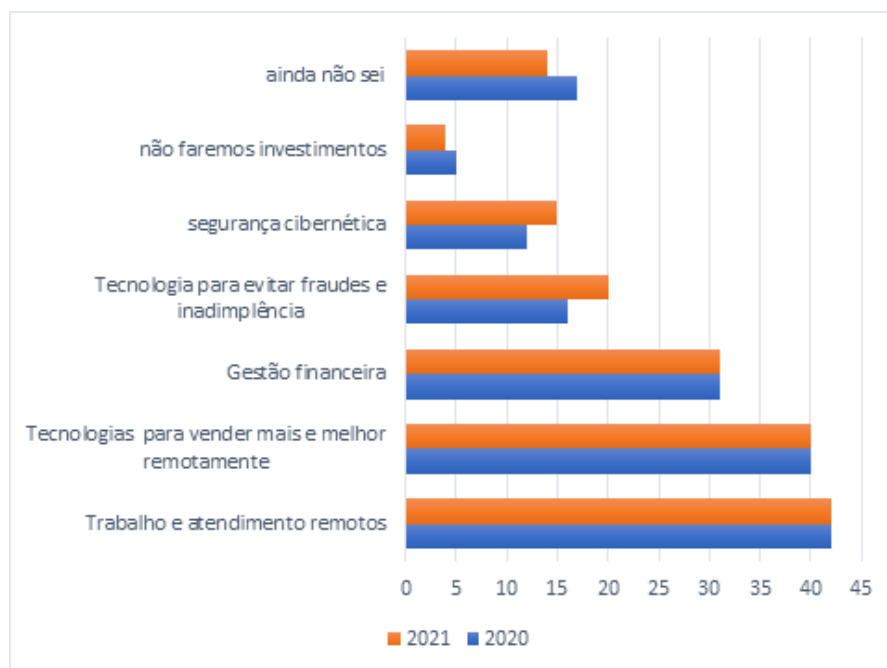
O projeto consistia em *lives*, oficinas e mentorias que foram realizadas na primeira fase em junho e a segunda em julho. Foram realizadas 3 *lives* e 2 oficinas ainda em junho, abordando questões básicas referentes a vendas online e a vendas por ferramentas como *Instagram* e *Whatsapp*. No mês seguinte, aconteceu a segunda rodada com uma *live* e duas oficinas, aprofundando o assunto de vendas e ferramentas digitais. O resultado do projeto foi bem significativo, dado que as transmissões ao vivo obtiveram 1.301 visualizações e mais de 312h assistidas, enquanto as oficinas ministradas tiveram um total de 94 inscrições de empresas, que foram diretamente impactadas.

Apesar das dificuldades e desafios enfrentados durante a pandemia, de acordo com a pesquisa do Serasa Experian (2021b), o mercado está otimista. Dentre os principais destaques do estudo, tem-se que apesar de que 64% disseram que foram impactados de forma mais negativa do que positiva, e de que 18% do grupo acredita que a retomada levará mais de um ano para ocorrer, 90% das empresas continuam a enxergar novas oportunidades durante a pandemia. 83,1% das empresas entrevistadas no estudo pretendem continuar a apostar no ambiente digital para realizar seus negócios mesmo quando este cenário acabar. Quando consultados quais são as opções de investimento futuro nos seus negócios, muitos pretendem continuar investindo em tecnologia para melhorar o seu processo de vendas on-line (Gráfico 3).

Dado que a função estratégica da tecnologia, o papel da TI nunca foi tão crítico no sucesso das organizações, fica evidente que, para permanecer competitivo neste novo ambiente de negócios, são necessárias novas estratégias, práticas, capacitação e investimento.



Gráfico 3.
Opções de investimentos das empresas no pós-pandemia (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Serasa Experience (2021b).



Referências

Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC). **Impactos ocasionados pela pandemia de covid-19 nas empresas em Caruaru-PE**, junho de 2020

SEBRAE. **O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios**. 10ª edição, abril de 2021.

SEDEEC. **Impacto em setores da economia devido a Covid**. Junho 2021.

SEDEEC. 2020. **Delivery Sulanca**. Disponível em <http://deliverysulanca.caruaru.pe.gov.br/>. Último acesso em 13/7/2021.

Serasa Experian. 2021a. Uma análise do impacto da Covid-19 no comportamento do cliente e nas estratégias de negócios. **Relatório Global Insights, Experian**, janeiro/fevereiro 2021. Disponível em <https://www.serasaexperian.com.br/>. Último acesso em 13/7/2021.

Serasa Experian. 2021b. Desafios, inovação e flexibilidade: como as PMEs estão se adaptando para os novos cenários de 2021? Disponível em <https://www.serasaexperian.com.br/>. Último acesso em 13/7/2021.

Silva, L. E. G. Perspectivas e desafios da economia brasileira no pós-pandemia. **Konrad Adeauer Stiftung**. Rio de Janeiro, 2020.

Webshoppers. 2021. 43ª Edição Relatório Webshoppers. <https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree>. Último acesso em 13/7/2021.



Chama a Moto! — Diagnóstico sobre o mototaxismo na Mesorregião do Agreste Pernambucano durante a pandemia de Covid-19

Daniela Monteiro de Souza (Graduanda em Administração do CAA/UFPE)¹

Poliana Nunes de Santana (Mestranda em Administração do PROPAD/UFPE)²

Sandro Valença (Doutor em Engenharia Civil e Professor do NG/CAA/UFPE e do Mestrado ProfÁgua/UFPE)³

O Mototaxismo e as percepções dos mototaxistas

O mototaxismo, no Brasil, é uma atividade inovadora, no que tange a transportes urbanos de passageiros. Regulamentada através da Lei n. 12.009, de 29 de julho de 2009, e da Resolução CONTRAN n. 410, de 2 de agosto de 2012, ela ainda se caracteriza, em essência, como informal e, por extensão, sem cobertura da Consolidação das Leis do Trabalho. Com efeito, associa-se a isso, por exemplo, a negação de direitos trabalhistas e previdenciários aos mototaxistas (Paula, Camargo e Iwamoto, 2015; Pereira Neta e Belo, 2018; Teixeira et al., 2019).

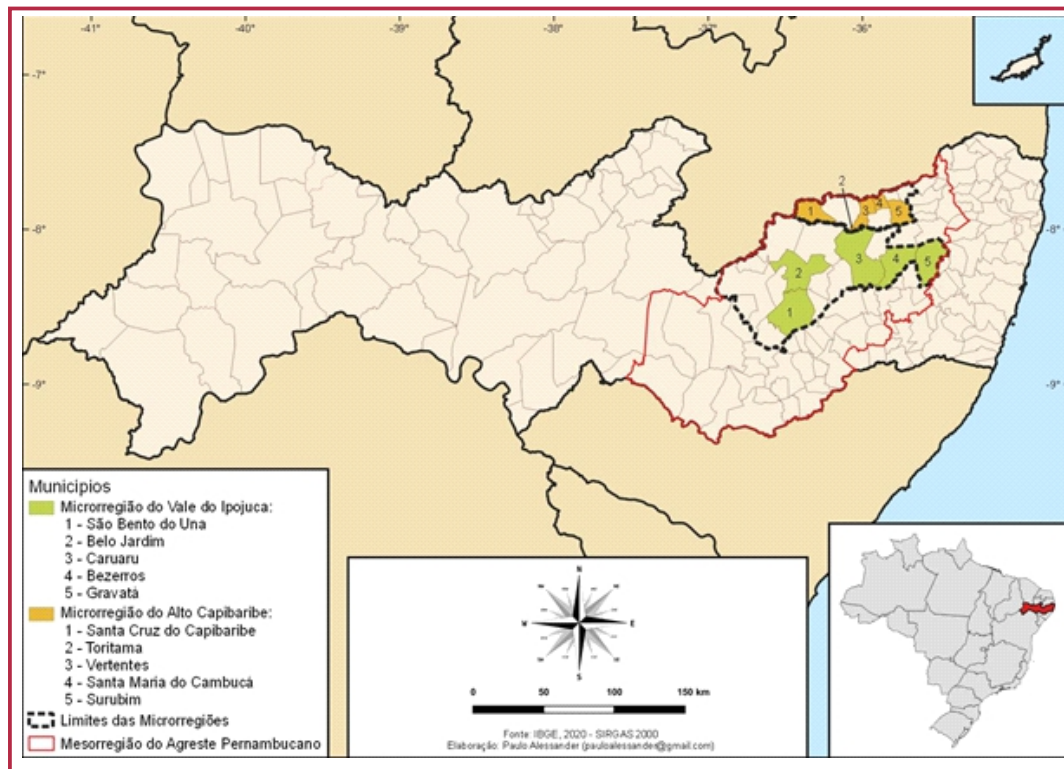
Este artigo apresenta um breve diagnóstico sobre a atividade mototaxista na Mesorregião do Agreste Pernambucano (MAP) — em especial, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Toritama e Vertentes, na Microrregião do Alto Capibaribe, e de Belo Jardim, Bezerros, Caruaru, Gravatá e São Bento do Una, na Microrregião do Vale do Ipojuca — durante a pandemia de Covid-19 (ver Mapa).

¹daniela.monteirosouza@ufpe.br

²poliana.nasantana@ufpe.br

³sandro.silva@ufpe.br

Mapa.
Mesorregião do Agreste Pernambucano



Fonte: Elaboração própria (2021).

O artigo foi produzido com base em percepções e conseqüentes considerações a elas associadas, de 10 mototaxistas — um de cada município ora mencionado. Destaca-se que as percepções são peculiares ao homem, que assimila os fenômenos — das dimensões econômica, social, política e natural, por exemplo — e a eles reage peculiarmente. Na atualidade, conhecimentos produzidos em função de percepções representam subsídios inestimáveis a inúmeras aplicações práticas, como à formulação e à implantação de políticas públicas eficientes e eficazes (Rodrigues et al., 2012; Souza et al., 2012).

Aqui, as percepções dos mototaxistas estão vinculadas a dez temas restritos a um contexto pandêmico, a saber: (I) Obstáculos ao trabalho, (II) Modos de trabalhar, (III) Contaminação pelo vírus, (IV) Medicação preventiva, (V) Ocorrência de óbitos, (VI) Atividade daqui a um ano, (VII) Atividades alternativas à mototaxista, (VIII) Razões para não abandonar a atividade, (IX) Planos de previdência e (X) Reservas financeiras.

Tais percepções dos mototaxistas foram identificadas através de intensivas entrevistas semiestruturadas — sem uso de recursos computacionais automatizados para processar resultados, como ocorre com a aplicação combinada da pesquisa qualitativa com a análise de conteúdo (Guerra, 2006) —, realizadas no mês de março de 2021, e as constatações observadas se referem ao primeiro ano de pandemia em Pernambuco — ao período de 12 meses, a partir de março de 2020.

Percepções temáticas afetas ao mototaxismo durante a pandemia

As percepções — e as considerações a elas associadas — dos mototaxistas foram sintetizadas e expostas a seguir. Note-se que cada síntese foi concluída com um trecho de fala (TF) emitido por algum dos 10 sujeitos entrevistados.

I) **Obstáculos ao trabalho:** Constatou-se duas significativas percepções dos mototaxistas: uma se pautou na declaração de que o principal obstáculo à atividade se atrelou às restrições impostas pelo poder público municipal e estadual, agravado, posteriormente, pela decretação de lockdown; outra, ao contrário, na declaração de que a pandemia beneficiou a atividade, aumentando a procura por serviços de entrega, não suspenso por completo nem durante o período de confinamento rigoroso e, assim, o trabalho dos sujeitos se mostrou indispensável à manutenção de uma mínima dinâmica do município. TF: “A gente perdeu as viagens com passageiros, porém ganhou muito mais com os serviços de entrega”.

II) **Modos de trabalhar:** Como regra, os mototaxistas adotaram medidas sanitárias que envolveram o uso de máscaras e a higienização de assentos e punhos de motocicletas com álcool 70% em gel. No entanto, houve exceções: profissionais que declararam não realizarem mudança alguma no modo de trabalho, com os capacetes e as luvas de pilotagem de motocicletas fazendo as vezes de máscara e luvas descartáveis. TF: “Eu vejo os mototaxistas trabalhando cheios de coisas: máscaras, tubos de álcool, lençinhos de papel... Eu, não. Enquanto não me obrigarem, vou levando do meu jeito, sem essas palhaçadas [sic]”.

III) **Contaminação pelo vírus:** Os mototaxistas declararam não terem se contaminado com o vírus da Covid-19, até então — março de 2021. Contudo, não haviam se submetido a teste algum ainda. Um, em particular, declarou que, em meados de 2020, perdeu os sentidos paladar e olfato. Atribui isso, todavia, a um resfriado comum, por trabalhar à noite, sujeito à frieza do ambiente. TF: “A gente diz que não pega Covid-19 porque trabalha ao ar livre, mas eu não conheço um mototaxista que parou para fazer teste”.

IV) **Medicação preventiva:** Novamente, por regra, os mototaxistas não tomaram medicamento preventivo algum à Covid-19. Um deles, porém, declarou ter se administrado, em abril de 2020, um antiparasitário comum, comprado sem recomendação médica em farmácia, algo que ele fazia com regularidade anual, e não em decorrência da pandemia. TF: “O povo, por aí, manda a gente tomar uns remédios. Eu não tomo, não. Entrego a Deus”.

V) **Ocorrência de óbitos:** De acordo com as percepções dos sujeitos, não ocorreram óbitos de mototaxistas nos municípios onde eles residiam e trabalhavam. Entretanto, eles tiveram ciência de óbitos de profissionais do mototaxismo — pelo menos dois registros diferentes — em unidades municipais da MAP. TF: “Um amigo meu, piloto igual à gente, morreu de Covid-19. Mas não era daqui, não. E tinha aquele negócio [sic] que o povo vive falando, agora: 'comorbidade'”.

VI) **Atividade daqui a um ano:** Três tipos de percepções se tornaram evidentes acerca da situação dos mototaxistas — identificadas no momento de concessão das entrevistas, em março de 2021 — a um ano à frente, ou seja, em abril de 2022. Primeiro: houve os que



entenderam que, mantendo-se a pandemia, a atividade encontrar-se-ia — encontrar-se-á — mais fortalecida, graças ao público consumidor dos serviços estar, rapidamente, acomodando-se ao sistema que oferta conveniência para ele. Segundo: houve os que entenderam que, mantendo-se a pandemia, estabilizar-se-ia — estabilizar-se-á — ela nos patamares de março de 2020, porque não existiria

— existirá — mais demanda significativa a se satisfazer. Terceiro: com ou sem pandemia, tenderia — tenderá — a se retrair, dado que, mesmo antes da difusão da doença epidêmica, a atividade já vinha sofrendo perdas ante as facilidades mercadológicas para aquisição de motocicletas e carros e, cedo ou tarde, ante a concorrência da Uber. TF: “Acho que pensar em um ano é pouco. Não dá para saber. O mundo, agora, está muito misturado [sic], estranho. Sei lá. De qualquer jeito, o povo está começando a respeitar mais o trabalho da gente, hoje. E isso é bom”.

VII) Atividades alternativas à mototaxista: Todos os mototaxistas entrevistados pretendiam abandonar a atividade em, no máximo, cinco anos. Apenas dois deles, contudo, vislumbravam para o que iriam mudar: um, para a atividade de mecânica automotiva; outro, aposentar-se-ia. Os demais não mantinham planejamento algum. TF: “A vida da gente é muito arriscada. A qualquer momento, a gente está no chão. Morro de medo. Que Deus me livre e guarde. Mas não tenho condições de arranjar outro serviço. Não tem jeito”.

VIII) Razões para não abandonar a atividade de imediato: A despeito de as razões terem sido reveladas de formas diversas, elas convergiram à falta de planejamento, principalmente para o médio e o longo prazos. TF: “Minha vida é um corre-corre tão grande que não sobra tempo para pensar no futuro. E quem tem mesmo tempo para isso?”.

IX) Planos de previdência: À exceção de um mototaxista — que recolheu contribuição previdenciária por 23 anos, não obstante ele ter suspenso o recolhimento durante a pandemia, devido às despesas que surgiram com o novo contexto —, os profissionais do mototaxismo jamais recolheram contribuições. TF: “Preciso pagar as contas de hoje, algumas delas já em atraso. Não dá para eu segurar um centavo sequer, não”.

X) Reservas financeiras: De maneira contraditória, tendo em vista que os mototaxistas não recolhem contribuições previdenciárias, cerca de metade deles possuía reservas financeiras de dois a cinco salários-mínimos. Um deles, extraordinariamente, conseguira amediar, como reserva, trinta salários-mínimos. E, caso precisassem de apoio financeiro, todos indicaram ser forçados a recorrer a parentes, como primeira alternativa. TF: “Não sei como alguém, nesse trabalho da gente, com família e contas para pagar, consegue juntar dinheiro. Eu até estou faturando bem, mas dá para juntar dinheiro não”.

A título de breves apreciações finais

Aos mototaxistas da MAP, a pandemia não se configurou como um cenário e, a posteriori, uma realidade terminantemente adversa. A uma parcela relevante deles, o contexto pandêmico serviu para expor o papel estratégico da atividade à fluidez da mobilidade municipal. E, também, permitiu se consolidar uma oportunidade — bem aproveitada, ressalte-se — de crescimento de demanda por seus serviços: não para o transporte de



passageiros e sim, então, para o de mercadorias. Embora se tenha compreendido isso no instante exato, o mototaxismo, como categoria laboral, não se enquadrou como um grupo prioritário à vacinação contra o vírus da Covid-19, por exemplo.

Independentemente da pandemia, os sujeitos entrevistados denotaram não pretenderem permanecer na atividade até o fim de suas carreiras produtivas. Isto é, eles a exercem por necessidade de emprego e renda; não por algo que se assemelhe a uma vocação. Muito da pretensão está ligado às más condições de trabalho com excessiva exposição à violência no trânsito e suas potenciais sequelas. Assim, surgindo uma chance adequada, os mototaxistas abandonariam, de imediato, a atividade.

Salienta-se que, apesar do interesse em abandonar a atividade, os mototaxistas não procuram, de maneira sistemática, por alternativas profissionais agora, um pouco devido à falta de tempo, um pouco devido à falta de iniciativa para tanto. Planejamento e capacitação, por exemplo, não se mostraram como preocupações ocupacionais destes trabalhadores informais e autônomos, que apresentam, em geral, baixo nível de escolaridade.

Como categoria laboral, que se revelou mais valiosa ainda às unidades municipais da MAP durante o auge da pandemia, o mototaxismo carece de maiores atenções, tanto da parte de seus próprios profissionais — que deveriam melhor se estruturar em movimentos trabalhistas associados —, quanto da parte do poder público — que deveria formular e implantar legislações e políticas públicas específicas para a atividade, estabelecendo com clareza direitos e deveres.



Referências

Guerra, I. C. (2006). **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Lisboa: Princípia, 2006.

Paula, G. F. D.; Camargo, F. C.; Iwamoto, H. H. (2015). Condições de saúde e trabalho e exposição à violência no trânsito entre mototaxistas. **Rev. Enferm. Atenção Saúde**, 77-90.

Pereira Neta, A, A. S. P., & Belo, R. P. (2018). Trabalho informal: o impacto das condições de trabalho sobre a saúde mental dos mototaxistas. **Trabalho & Educação**, 27(3), 263-285.

Rodrigues, M. L.; Malheiros, T. F.; Fernandes, V.; Darós, T. D. (2012). A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e sociedade**, 21, 96-110.

Sousa, M. D. G. P.; de, Medeiros, M. M. R. de; Gomes, F. Q. de C.; Enders, B. C. (2012). Percepção de enfermeiros sobre o processo de enfermagem: uma integração de estudos qualitativos. **Rev. Rene**, 13(3), 712-723.

Teixeira, J. R. B.; Mussi, F. C.; Araujo, T. M. D.; Boery, E. N.; Casotti, C. A., Pereira, R., ...; Mota, T. N. (2019). Fatores associados à capacidade para o trabalho de mototaxistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24, 3957-3967.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



Presidente: André Lima de Morais

Vice-Presidente: Poema Isis Andrade de Souza

Conselheiros Efetivos: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição Moura

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Rosiane Ferreira de Andrade
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Conselheira Federal Suplente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição Moura

Projeto Gráfico: Priscila Correia

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe